

Angela Davis e Frederick Douglass: A escrita de si como ativismo

Raquel Barreto¹

É publicada pela vez no Brasil *Uma Autobiografia* (Boitempo, 2019), de Angela Davis, originalmente lançada nos Estados Unidos em 1974, após o término do julgamento que conferiu à autora notoriedade internacional. Graças à exitosa campanha por sua libertação, intitulada *Free Angela and all political prisoners* (“Libertem Angela e todos os presos políticos”), foi transformada em um ícone do *Black Power*, e sua imagem tornou-se popular. O livro será uma oportunidade para conhecer a autora a partir de seu relato pessoal.

A produção autoral da filósofa Angela Y. Davis tem se tornado referência para debates e pesquisas no Brasil. A boa recepção da autora coincide com as mudanças provocadas pelas ações afirmativas nas universidades, que criaram demandas por novas referências epistemológicas, menos eurocêtricas.

A obra de Angela se dedica às questões sociais, políticas e culturais. No elenco dos temas que investiga e analisa, destacam-se as relações entre o racismo, o capitalismo e a compreensão da existência de um *continuum* histórico que liga a escravidão, a abolição e as prisões (as novas *plantations*), além de reflexões sobre encarceramento da população negra (e outros grupos étnicos minoritários) nos Estados Unidos, feminismo negro, cultura popular e outros assuntos.

Uma autobiografia apresenta um enfoque distinto da autora, não observado nas demais publicações: o relato em primeira pessoa dos primeiros 28 anos de sua trajetória. Neste período, de caráter formativo, já se delineavam temáticas que singularizaram sua teoria. O livro cobre as décadas de 1950 e 1970, atravessando uma conjuntura política, social e cultural de muitas transformações nos Estados Unidos e no mundo.

O convite para a elaboração da autobiografia partiu da escritora Toni Morrison – a única mulher negra a ganhar um Nobel de Literatura, em 1993. Na década de 1970, Toni trabalhava na Radom House, uma das principais editoras de língua inglesa. Durante sua gestão, garantiu que mais autores africanos e afro-americanos fossem publicados. Essa seria sua contribuição política: “Eu vou publicar essas vozes em vez de marchar”, disse, em referência às marchas do Movimento por Direitos Civis.² Seguindo esse propósito, convidou Angela, recém-saída de um histórico

1 Raquel Barreto - Historiadora formada pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia da Universidade Católica - Rio e atualmente doutoranda em História pela UFF. Desenvolveu no seu mestrado um estudo comparado sobre as trajetórias políticas e intelectuais de Angela Y. Davis e Lélia Gonzalez. No doutorado pesquisa o Partido dos Panteras Negras (1966-1982) e o seu projeto político.

2 No original, “I will publish these voices instead of marching”. Disponível em <https://news.ucsc.edu/2014/10/morrison-davis-q-a.html>

processo judicial, para que escrevesse sua autobiografia.

Inicialmente, o convite não foi aceito. Davis considerava que ainda era muito jovem para escrever uma autobiografia e, além disso, não queria personalizar a militância. Para convencê-la, Morrison argumentou que autobiografia poderia focar não apenas na autora, mas no movimento em que atuou. “Quando decidi, afinal, escrever o livro, foi porque passei a vislumbrá-lo como uma autobiografia *política* que enfatizava as pessoas, os acontecimentos e as forças que, durante minha vida, me impulsionaram em direção ao meu atual engajamento.”

Na cultura política estadunidense, as autobiografias têm um papel de destaque, frequentemente usadas por políticos e pessoas públicas que pretendem construir uma narrativa pública e oficial de si. Há, por exemplo, um número considerável de ex-presidentes que publicaram uma ou mais autobiografias, escritas tanto no período eleitoral como naquele posterior a seus mandatos. Na comunidade afro-americana, a prática também é recorrente. *Autobiografia de Malcolm X* (1965), líder e ideólogo do nacionalismo negro, por exemplo, é uma obra fundamental que serviu para toda uma geração de militantes do movimento *Black Power*.³

A autora

Angela Davis nasceu em 1944 no Alabama, um estado legalmente segregado por um conjunto de leis, em vigor entre 1876 a 1965, que negavam direitos civis e políticos à população negra. Em 1963, o Alabama ganhou destaque internacional por causa da ação de supremacistas brancos que jogaram uma bomba em uma igreja protestante, matando quatro meninas negras.

Em sua autobiografia, a autora salienta como sua trajetória foi marcada por uma forte relação com os estudos, o que lhe permitiu ingressar em prestigiosas instituições de ensino, obter bolsas, fazer intercâmbio na Europa, oportunidades que a grande maioria dos afro-americanos da mesma geração não tiveram.

Sua graduação foi em Literatura Francesa pela Universidade de Brandeis, tendo como trabalho de conclusão uma análise sobre o autor francês Alain Robbe-Grillet (1922-2008), representante do *Nouveau roman*. Angela analisou as possibilidades lançadas pela obra do autor - marcada pelo anonimato, pela impessoalidade e pelas máquinas que fragmentavam a existência - para o entendimento da realidade contemporânea.⁴

A aproximação com a Filosofia iniciou ainda na graduação, através dos contatos com o filósofo e professor Herbert Marcuse (1898-1979), que lecionava em Brandeis na ocasião. Angela decidiu fazer o doutorado em Filosofia. O plano inicial era cursá-lo na Universidade de Frankfurt, com Theodor Adorno. Porém, em 1967,

3 O livro se baseou em longas entrevistas concedidas, entre 1963 a 1965, ao jornalista Alex Haley, que posteriormente escreveu uma obra de grande sucesso chamado *Roots* (1976). A *Autobiografia de Malcolm X* foi publicada no Brasil na década de 1990 pela Record e está esgotada no mercado. O discurso de Malcolm distinguiu-se no contexto pelo forte apelo ao orgulho e à autodeterminação negra, em contraste radical com a perspectiva adotada por setores do Movimento por Direitos Civis. No entanto, vale notar que pesquisas históricas nos Estados Unidos vêm problematizando a percepção homogênea e conformista do Movimento Direitos Civis ao revelarem que, em seu interior, concorriam propostas distintas sobre a solução para o problema racial nos Estados Unidos. Muitas questões levantadas na primeira metade da década de 1960 por Malcolm X, como a autonomia política e cultural ou a reivindicação da autodefesa, só formariam parte das agendas políticas das organizações do poder negro após sua morte, em 1965.

4 O tema foi explorado em KAPLAN, Alice. *Dreaming in French. The Paris Years of Jacqueline Bouvier Kennedy, Susan Sontag, and Angela Davis*, Chicago/London: University of Chicago, 2012, p. 179.

devido ao clima político intenso nos Estados Unidos de agitações e movimentos, ela decidiu sair da Alemanha, voltar aos Estados Unidos e continuar a formação com Marcuse, que, na ocasião, lecionava na Universidade da Califórnia, em San Diego.

Sua militância se iniciou nesse período, participando de organizações do movimento Black Power, do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos da Penitenciária Estadual de San Quentin e do Coletivo Che-Lumumba, composto por militantes negros do Partido Comunista dos Estados Unidos. Seu intenso engajamento a transformou em alvo da perseguição estatal em duas conhecidas ocasiões. Primeiramente em 1969, quando se tornou a primeira professora negra de Filosofia da Universidade da Califórnia. O então governador do Estado, Ronald Reagan, queria impedi-la de assumir o cargo por ser membro do Partido Comunista. E depois, em agosto de 1970, quando, após três meses de fuga e clandestinidade, foi presa pelo FBI, falsamente acusada por crimes que não cometeu. O objetivo era conter sua possível influência política na comunidade negra - a prática, recorrente no período, atingiu a outros militantes negros através das ações do *Cointelpro*.⁵ A cobertura midiática do processo judicial, que a inocentou no final, proporcionou-lhe popularidade internacional.

No período em que esteve presa, aguardando o julgamento, Angela produziu artigos em que elaborou reflexões conceituais. Desenvolveu, particularmente, dois aspectos centrais de sua teoria: a análise das prisões e suas relações com o racismo nos Estados Unidos; e a gênese de uma teoria sobre a condição das mulheres negras pautada nas dimensões de classe, raça e gênero. Dessa forma, ofertou uma contribuição original à Teoria Crítica e a *Black Radical Tradition*.⁶

Autobiografia

Um *autobiografia*, apesar de política, como a autora definiu, manteve características próprias do gênero, isto é, a conformidade a certos padrões narrativos que procuram construir uma apresentação pública de si, o estabelecimento de uma sequência lógica entre os acontecimentos da própria vida, a análise e justificava das próprias escolhas, ou seja, “tornar-se o ideólogo de sua própria vida”. O objetivo, para Angela Davis, era a justificar seu engajamento político nas lutas por transformações revolucionárias.

É interessante observar que, contrariando a forma tradicional das autobiografias - que começam com as origens familiares, o nascimento ou as memórias de infância-, a autora inicia o relato no exato momento em que se tornava uma fugitiva do Estado e entrava na clandestinidade. Desfaz qualquer imagem heroica de si ao expor seu medo e sua fragilidade: “Imagens de ataques lampejavam em minha mente, mas não eram abstratas – eram cenas nítidas de metralhadoras

⁵ *Cointelpro* foi um programa de contra inteligência do governo estadunidense que se dedicou a perseguir dissidentes políticos de forma ilegal. Sabe-se hoje, por meio de ampla documentação sigilosa liberada pelo próprio governo, que movimentos e lideranças eram monitorados. Há evidências que provam o envolvimento do FBI e dos departamentos de polícias em assassinatos, além da imputação de crimes a membros da chamada “esquerda radical” - em particular, os militantes negros revolucionários, alguns dos quais ainda se encontram presos até presente. O caso mais conhecido, no qual o Estado reconheceu e indenizou a família, foi o assassinato de Fred Hampton, liderança do Partido dos Panteras Negras, executado enquanto dormia em 1969.

⁶ Angela é uma filósofa inserida na *Black Radical Tradition* (Tradição Radical Negra), que pode ser definido como uma teoria política e filosófica que defende a ideia do capitalismo racial, calcada em um longo histórico de resistências coletivas negras iniciadas no período da escravidão. Pressupõe uma perspectiva negra na análise da teoria marxista e enfatiza a necessidade lutas coletivas para a transformação social.

Seção Roda

surgindo na escuridão, cercando Helen e eu, abrindo fogo...”, escreve.

O livro recupera o ritmo acelerado e efervescente dos múltiplos acontecimentos históricos que proporcionaram mudanças sociais e culturais que perduram no presente. Um exemplo significativo a mencionar foi a *descolonização estética do corpo negro* e sua resignificação como lugar de inscrição política, bastante evidente no “cabelo afro” da autora - estilo nomeado no Brasil, sintomaticamente, de *black power*.

Uma dimensão inseparável da definição de quem é autora é o fato dela ser uma mulher negra, algo que atravessa sua trajetória e sua produção intelectual. Em *Uma autobiografia*, aparecem algumas das circunstâncias nas quais ela confrontou as expectativas e presunções sobre os comportamentos que deveria ter. No movimento pela libertação negra não foi diferente: “Eu me familiarizei muito cedo com a presença generalizada de uma lastimável síndrome entre alguns ativistas negros do sexo masculino - confundir sua atividade política com a afirmação de sua masculinidade. Eles viam - e alguns ainda veem - a condição de homem negro como algo separado da condição de mulher negra. Esses homens enxergam as mulheres negras como uma ameaça à realização de sua condição de homens - particularmente aquelas mulheres negras que tomam a iniciativa e trabalham para se tornarem líderes por meio de seus próprios esforços.”

É importante ressaltar a importância da publicação, uma vez que há poucas mulheres negras que escreveram textos memorialísticos ou autobiográficos. No Brasil, podemos mencionar a Carolina Maria de Jesus como um dos raros exemplos. Nos Estados Unidos, por características próprias da formação de seu campo literário e da história dos afro-americanos, existe um número maior de publicações do gênero.

Uma autobiografia é um relato intimista sobre a geração de militantes negros/as engajados/as em um projeto revolucionário de transformação política, social e cultural contra a exclusão social e o racismo, que custou a vida ou liberdade de muitos. Detalha a atmosfera e o ambiente coletivo daqueles anos. Lança um olhar, a partir de seu tempo histórico, para si e, ao mesmo tempo, para o movimento, evidenciando as transformações mútuas e uma relação indivisível entre ambos: “Para mim, a revolução nunca foi uma “coisa temporária a se fazer” antes de eu me estabilizar; não era um clube da moda com jargões recém-criados nem um novo tipo de vida social - que se tornava emocionante pelo risco e pelo confronto e glamoroso pelo vestuário. Revolução é coisa séria, a coisa mais séria na vida de uma pessoa revolucionária. Quando alguém se compromete com a luta, deve ser para sempre.”

Seguindo uma tradição

Quando decidiu escrever uma *autobiografia política*, Angela não inventou propriamente um conceito, mas seguiu uma tradição já estabelecida de textos autobiográficos de homens e mulheres negras ex-escravizados/as conhecidas como *slave narratives*, que reúne escritos publicados entre 1760 a 1865. Segundo especialistas, foi o primeiro gênero literário de prosa criado por afro-americanos/as.

As obras possuem características afins, estruturas narrativas que seguem algumas convenções. São *relatos de vida* (ou um fragmento dela) elaborados por uma

Seção Roda

pessoa que já se encontrava na condição de liberta ou fugitiva da escravidão. Iniciavam com o nascimento (que poderia ser no continente africano), traçam o percurso do protagonista da escravidão à liberdade - que poderia incluir a fuga, mas sem revelar detalhes comprometedores sobre o feito, e com omissão de informações que pudessem identificar algumas pessoas. Descrevem, também, experiências de castigos físicos e o uso da violência por parte dos senhores ou capatazes. Os títulos das narrativas possuem, usualmente, a menção “escritos por ele/a mesmo/a”, o que pode ser interpretado como um esforço, por parte dos narradores, para reforçar a ideia da autoria e a veracidade dos fatos narrados no texto. Essas autobiografias proporcionam um testemunho vivencial sobre o cativo e foram usadas, em seu contexto, pelo movimento abolicionista como um potente instrumento de denúncia do terror da escravidão.

As *slave narratives* desempenham um papel importante ao proporcionar às pessoas que foram escravizadas a possibilidade de elaborar sua experiência e passado. Cabe lembrar que a escravidão, como sistema de dominação, pressupunha a negação da humanidade e transformação de seres humanos em objetos-mercadorias, alicerçada na subjugação física, na tentativa de romper a consciência de si e aniquilar e na aniquilação da identidade da pessoa escravizada.

As autobiografias femininas acrescentavam experiências específicas, como a violência sexual - estupros e assédios - e os ciúmes das sinhás. Um exemplo conhecido é o livro *Incidents in the Life of a Slave Girl* (Incidentes na vida de uma jovem escrava), lançado em 1861 por Harriet Jacobs (1813-1897), que se destacou por denunciar a exploração sexual de mulheres escravizadas. A autora também participou do movimento abolicionista.

O gênero deixou marcas e influências em obras contemporâneas de autoria negra, como *Amada* (1987), de Tony Morrison, e *Kindred* (1979) de Octavia Butler, que recuperam partes das estruturas ou das temáticas das *slave narratives* para ambientarem histórias no período da escravidão.

Frederick Douglass

No conjunto das *slave narratives*, destacam-se as obras de Frederick Douglass (1818-1895), considerado o autor mais relevante do gênero por não reproduzir suas formas tradicionais e adotar um estilo próprio. Escreveu três autobiografias em diferentes etapas de sua vida: *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave. Written by Himself* (Narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano. Escrito por ele mesmo), de 1845; *My Bondage and My Freedom*, (Minha servidão e minha liberdade), publicada em 1855; *Life and Times of Frederick Douglass* (A vida e os Tempos, de Frederick Douglass), de 1881. As publicações alcançaram imensa popularidade e traduzidas para vários idiomas.

A trajetória de Douglass é bastante singular. Nasceu em Maryland, filho de mãe negra escravizada e de pai homem branco que não conheceu. Foi alfabetizado pela esposa de um de seus “proprietários” (prática considerado ilegal), o que determinou sua formação. Aos 21 anos, conseguiu fugir para o estado de Massachusetts com ajuda de um líder abolicionista. A partir daí, engajou-se no movimento abolicionista e se tornou sua principal liderança. Além de ter sido homem público, orador, escritor e jornalista, participou ativamente da política

Seção Roda

americana e apoiou o sufrágio feminino. Viajou à Europa para divulgar e obter apoio à abolição da escravidão.

Douglass compõe a tradição política e filosófica que formou Angela Davis. O primeiro curso que ela ofertou na Universidade da Califórnia, em 1969, intitulava-se *Os temas filosóficos recorrentes na literatura negra*. Abordava conceitualmente a ideia da liberdade a partir da produção literária negra, que evidenciava os limites entre o conceito da liberdade e sua prática, reforçando a ausência histórica de liberdade para os afro-americanos. O primeiro autor analisado no curso foi Frederick Douglass, a partir de sua autobiografia e de sua experiência negativa da liberdade como escravizado.

Em *Life and times of Frederick Douglass*, o autor relata que, na infância, perguntou a si mesmo: Por que sou escravo? Por que algumas pessoas são escravas e outras senhores?, assinalando a consciência sobre sua própria condição de escravizado. A narrativa de Douglass atravessou a jornada física e filosófica da escravidão à liberdade. No percurso para alcançar sua liberdade, compreendeu a importância da resistência física e da consciência. Um acontecimento bem ilustrativo foi o fato de resistir fisicamente e confrontar a um de seus senhores mais violentos, Sr. Covey, que o havia *quebrado no corpo, na alma e no espírito*. “Minha resistência foi completamente inesperada, Covey [o senhor] ficou todo surpreso. Ele tremeu como uma folha. Isso me deu segurança, eu o segurei inquieto, fazendo com que o sangue corresse onde eu o tocava com as pontas dos meus dedos.”⁷

A consciência da importância do conhecimento foi determinante para negar sua condição de escravo. Seu processo de alfabetização iniciou com a Sra. Auld, esposa de um seus “proprietários”, que se dispôs a ensiná-lo, até o momento que seu esposo descobre e proíbe. O diálogo do casal, reproduzido por Douglass, exemplifica os riscos que a educação de um escravo poderia trazer: “Se você ensinar aquele *nigger* (falando de mim) como ler, não haveria como mantê-lo. Seria impossível para ele continuar sendo escravo.”⁸

A primeira etapa a se vencer, antes da fuga, foi a consciência de sua condição de escravo e a possibilidade de recusá-la mentalmente para depois empreender a ação: “Quando eu tinha uns 13 anos de idade, e tinha conseguido aprender a ler, cada aumento de conhecimento, especialmente qualquer coisa respeitando os estados livres, era um peso adicional à escravidão. Era uma realidade terrível e eu nunca mais seria capaz de aceitá-la em meu espírito jovem, que queria ser livre”.⁹

Diálogos possíveis

As autobiografias de Angela Davis e Frederick Douglass convergem em

7 No original: “My resistance was so entirely unexpected that Covey seemed taken all aback. He trembled like a leaf. This gave me assurance, and I held him uneasy, causing the blood to run where I touched him with the ends of my fingers.” DOUGLASS, F. *Narrative of the life of Frederick Douglass: an American Slave*. New York: The Library of America, 1994.

8 No original, “If you teach that nigger (speaking of myself) how to read, there would be no keeping him. It would forever unfit him to be slave.” DOUGLASS, F. *Narrative of the life of Frederick Douglass: an American Slave*. New York: The Library of America, 1994.

9 No original, “When I was about thirteen years old, and had succeeded in learning to read, every increase of knowledge, especially anything respecting the free states, was an additional weight to the almost intolerable burden of my thought “I am a slave for life”. DOUGLASS, F. *Life and Times of Frederick Douglass*. New York: The Library of America, 1994.

Seção Roda

alguns aspectos e elencam questões que ajudam a entender dois contextos distintos de lutas políticas negras nos Estados Unidos. A leitura de Douglass ilustra o movimento abolicionista e a condição de escravizado no século XIX, enquanto que o livro de Angela propicia um panorama da década de 1960, do movimento de libertação negra, através do olhar de uma mulher negra militante.

As duas narrativas representam a elaboração de uma definição de si, que rompe com a definição pré-estabelecida feita pelo outro de como eles deveriam ser. Para os dois autores, a educação desempenhou um papel fundamental em suas conscientizações, e foi percebida como forma de emancipação.

A experiência da privação da liberdade, determinada pela condição racializada dos autores, aparece nos dois relatos. No caso de Douglass, a experiência foi mais contundente, pois se tratou da escravidão, que determinou, em grande medida, a sua existência e identidade. Para a filósofa, foi a prisão e o processo por motivos políticos. Nas duas situações, essas vivências influenciaram as trajetórias, as militâncias e as produções autorais. Douglass defendeu e atuou pela abolição da escravidão. Davis defende e atua pela abolição das prisões.

Observadas em perspectivas comparadas, as autobiografias demonstram como sujeitos negros, mediados pelas questões de seu tempo histórico, construíram definições para liberdade e as possíveis formas de alcançá-la.